

**Título: (Des)cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente em situações de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes na cidade de Nova Friburgo**

Autor(es) Kíssila Muzy de Souza Mello\*; Robson Rodrigues da Silva; Viana de Lima Pereira

E-mail para contato: kissila.muzy@gmail.com

IES: UNESA / Rio de Janeiro

Palavra(s) Chave(s): ECA; exploração sexual

### **RESUMO**

O objetivo deste projeto de iniciação científica é investigar e analisar as respostas do poder público municipal ao fenômeno da exploração sexual comercial de menores na cidade de Nova Friburgo, RJ, partindo-se do conceito de Eva Faleiros (2000), e visando apurar eventual omissão e/ou desarticulação entre os órgãos e agentes competentes para atuar positivamente em tais enfrentamentos. Exclui-se, portanto, a abordagem aos menores, bem como às famílias, focando-se nas instituições, assim como a investigação sobre causas e motivos. A pesquisa toma como norte jurídico as normas da Constituição de 1988 que alicerçam o microsistema de proteção à infância e juventude e as constantes do Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente os princípios da proteção integral, da municipalização e da absoluta prioridade no estabelecimento de políticas públicas direcionadas à garantia dos direitos das referidas pessoas em processo de formação. Para tanto, além da revisão bibliográfica sobre o tema, dados vêm sendo coletados junto às instituições relacionadas no projeto para análise sob perspectiva preponderantemente qualitativa. Apesar de ainda em curso, a pesquisa já revelou algumas facetas do tratamento dado ao fenômeno pelos agentes públicos, no município de Nova Friburgo. A investigação social realizada pelos pesquisadores obteve dados junto ao Conselho Tutelar de Nova Friburgo (CTNF) e à Polícia Militar (PM), através de entrevistas realizadas com as respectivas chefias, das quais se pode verificar que há ciência da ocorrência das práticas em questão na cidade, porém, não havendo atuação positiva no sentido do seu enfrentamento, por distintas razões, segundo o discurso oficial, as quais vão da precariedade da estrutura material e de pessoal dos órgãos ao despreparo dos agentes públicos. De qualquer forma são descumpridos os comandos constitucionais e do ECA. Quanto ao CTNF, resta clara a necessidade de maiores investimentos, iniciando-se pela alteração da sua estrutura. Quanto à PM, impõe-se a revisão dos seus paradigmas inovando-se quanto à atuação positiva numa perspectiva cidadã que possa incluir a intervenção social mesmo quando não esteja em questão a perspectiva punitiva o que virá ao encontro do espírito constitucional. A comprovação da ocorrência do fenômeno reside em pesquisa prévia realizada na cidade e nas falas dos próprios entrevistados, devidamente revistas e validadas. A próxima etapa da pesquisa prevê o estudo e a análise das normas regentes do Ministério Público estadual e a avaliação de sua intervenção local com a finalidade de analisar o posicionamento institucional face ao tema. Também serão verificadas as propostas do legislativo municipal e a atuação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).